

JULIO ALCANTARA

# Carta tem nova edição corrigida pela madrugada

A Gráfica do Senado Federal foi obrigada a interromper seus trabalhos para imprimir, em ritmo acelerado, mil exemplares da Nova Constituição, com a correção dos quatro dispositivos alterados no mérito pela Comissão de Redação, e contestados pelos parlamentares antes da votação final do texto.

O diretor-geral da Gráfica, Agaciel da Silva Maia, informou que o texto submetido à reimpressão chegou às 20 horas da quinta-feira e foi necessário entrar madrugada adentro para que o texto definitivo estivesse pronto ontem. Às 4 horas a missão estava cumprida, encerrando um plantão que começou às 9 horas de anteontem, na expectativa de um trabalho extra, o que acabou ocorrendo.

### CORREÇÕES

Na última sessão da Constituinte, alguns parlamentares solicitaram à Mesa a correção de alguns dispositivos alterados pela Comissão de Redação, considerados questões de mérito e que, portanto, modificavam o sentido do texto. A primeira reivindicação partiu do deputado Paulo Ramos (PMN-RJ) a respeito do parágrafo 4º do artigo 125 — que trata da punição para crimes militares.

Seguiram-se as reclamações do deputado Konder Reis (PDS-SC), do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e do líder do Governo Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). O primeiro

pediu alteração a um dispositivo que ele mesmo havia sugerido mudança na Comissão e que diz respeito ao capítulo do Tribunal Superior do Trabalho. O senador identificou uma alteração no capítulo da Educação e Carlos Sant'Anna pediu mudança de um verbo no capítulo da Saúde.

O relator Bernardo Cabral, assegura, contudo, que o trabalho da Comissão limitou-se ao aprimoramento do texto e não promoveu nenhuma mudança de mérito. Como esses constituintes solicitaram a volta ao texto aprovado em segundo turno, afirmou Cabral, foi necessário promover uma reimpressão do trabalho da Comissão. Segundo ele, o texto para reimpressão foi enviado pelo presidente Ulysses Guimarães à Gráfica do Senado, logo após o término da sessão, isto é, no início da tarde de quinta-feira.

Na opinião de Cabral, a possibilidade de ocorrer uma errata foi fruto de "bostagem". O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) que chegou a levantar, durante a sessão, a possibilidade de errata — em função de protesto de um colega — admitiu ontem que este não seria um caso para incluir uma errata ao texto constitucional. Segundo explicou o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, apenas se configuraria uma errata, a partir do momento em que o texto tem sua publicação no Diário Oficial da União. No caso, afirmou, ocorreu uma correção.



Após muita confusão, Percival Muniz volta e assina a Carta, sob risos de Rita Camata e de Lula.

# Após a confusão, 156 assinaturas

A nova Constituição foi assinada ontem por 156 constituintes. Os primeiros a assinar o texto foram o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ). "E o momento mais significativo e emocionante de minha vida pública. As características de ontem desapareceram", disse Cabral. O último autógrafa será o do deputado Ulysses Guimarães, o único a assinar na sessão solene do dia 5 de outubro.

Até lá, todos os outros constituintes e participantes especiais já deverão ter colocado seus autógrafos no texto que serão enviados para a Câmara. Senado, Palácio do Planalto, Arquivo Nacional e Supremo Tribunal Federal. A coleta de assinaturas continua hoje e vai até a próxima quinta-feira, das 9h às 18h, no Salão Negro do Congresso.

O adiamento irritou alguns constituintes com viagem marcada para o início da tarde e fez com que a organização do trabalho fosse alterada. Agora não vale mais a coleta de assinaturas por ordem de bancada. Os constituintes podem assinar em qualquer dia até quinta-feira.

A entrega das polêmicas medalhas, que custaram C\$ 45,7 milhões, também foi adiada e não tem ainda nova data para acontecer. Segundo o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, as medalhas não foram entregues aos constituintes porque deveriam ser acompanhadas por um diploma que a gráfica do Senado não imprimiu a tempo.

Todos os constituintes, no entanto, providenciaram uma lembrança do instante em que escreveram seu nome na nova Carta. Nenhum esqueceu da pose para a foto na hora de assinar e os mais precavidos, como o senador Auro Mello (PMDB-AM), já chegaram acompanhados de fotógrafo. Auro Mello valeu-se da ajuda de sua assessora Ma-

### Comissão faz já um novo regimento

Para compatibilizar o funcionamento da Câmara dos Deputados com as alterações aprovadas pela Constituinte, especialmente os novos poderes dados às comissões técnicas, o deputado Ulysses Guimarães vai criar um grupo interpartidário, que terá a missão de apresentar um anteprojeto de regimento interno.

A idéia é que o grupo comece a trabalhar logo após a promulgação da Constituição, para que o novo regimento possa vigorar para a sessão legislativa, que abrirá em março de 1989. O grupo será integrado por representantes de todos os partidos, indicados pelas lideranças. Alguns parlamentares estão aconselhando Ulysses também a iniciar o trabalho de produção de projetos de lei e lei complementar pedidos pela Constituição, para que não se acuse o Congresso de atrasar, por falta de regulamentação, sua plena vigência.

### Ulysses quer feriado dia 5

O deputado Ulysses Guimarães foi ontem ao Palácio da Alvorada, comunicando oficialmente ao presidente José Sarney o fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e discutir a possibilidade de decretar feriado nacional no próximo dia 5 de outubro, quando a nova Constituição vai ser promulgada. O ato pode não sair, diante das dificuldades de aprovação da lei, mas o presidente Sarney poderá decretar ponto facultativo, em homenagem ao início do novo período constitucional do País.

O deputado Ulysses Guimarães chegou ao Palácio da Alvorada por volta das 17h10, e saiu às 18h30. Ele não parou para falar com os jornalistas, como sempre fez durante os trabalhos da Constituinte. A conversa foi animada. O presidente Sarney, atrasou a viagem para o seu Sítio de São José do Pericumã.

### Dia 8, volta à terra natal

Campinas — Com uma grande festa popular, o município de Rio Claro — terra do deputado Ulysses Guimarães — vai comemorar, no dia 8 de outubro, a promulgação da nova Constituição do País. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do PMDB é o convidado especial para a festa programada para a Praça da Liberdade e que, apesar de ser organizada pelo Conselho Comunitário da Prefeitura como evento apartidário, deverá dar um impulso extra à campanha do PMDB local para a eleição de 15 de novembro.

O candidato do PMDB, o vereador e presidente do Escritório Municipal de Planejamento, Sérgio Guilherme, já é considerado o mais forte na campanha para a sucessão do também peemedebista Kal Machado — vice-prefeito que assumiu a prefeitura com a nomeação do prefeito Lincon Magalhães para secretário estadual do governo Quéricia. As visitas do deputado Ulysses Guimarães a Rio Claro são bastante espaçadas.

### Guerra eleitoral é prato do dia no TSE

A partir da próxima segunda-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizará sessões quatro vezes por semana, para poder julgar em tempo hábil os recursos contra registros de candidatos às eleições municipais. O TSE já recebeu 100 recursos, e a expectativa de especialistas é a de que este número chegue a dois mil. O prazo para que todos os processos desta natureza sejam apreciados pelo TSE encerra-se no dia 16 de outubro.

De acordo com a Lei das Inelegibilidades, chegando ao TSE o processo, os autos serão apresentados no mesmo dia ao presidente que, também na mesma data, distribuirá ao relator e mandará abrir vista ao procurador-geral eleitoral pelo prazo de dois dias. Terminado este prazo, com ou sem parecer, o processo será enviado ao relator, que o apresentará em mesa para julgamento em três dias, independentemente de publicação em pauta. A sessão do julgamento será feita de uma só assentada, e a publicação do acórdão ocorrerá no mesmo dia.

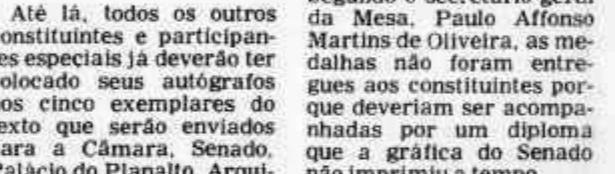
Do próximo dia 27 em diante, o prazo passa a ser contínuo — inclui sábados, domingos e feriados. A secretaria do TSE ficará de plantão, e poderá ser julgados recursos durante os fins de semana. Para que todos os processos sejam apreciados a tempo, o tribunal é obrigado, muitas vezes a reunir-se até a madrugada.

### Mais de 70 milhões com o voto na mão

Cerca de 75 milhões de brasileiros poderão votar para prefeito e vereador no próximo dia 15 de novembro. Esta informação foi prestada ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Oscar Corrêa. Ele disse que o crescimento médio do eleitorado foi de nove por cento, de novembro de 1986 até hoje. Naquela época, o número de eleitores era de 69 milhões 166 mil e 810. O ministro acrescentou que na próxima semana poderá fornecer dados mais precisos sobre o eleitorado do País, após receber o resultado do cruzamento das informações sobre os eleitores de cada Estado e Território, que está sendo concluído pelo Serpro. Este trabalho indicará ainda o número de fraudes no alistamento.

O presidente do TSE explicou que através do cruzamento das informações será possível verificar a existência de dupla inscrição, que não necessariamente significa fraude — pode ser resultante, por exemplo, da falta de comunicação do juiz eleitoral sobre o cancelamento da primeira inscrição. Oscar Corrêa esclareceu também que se houver dupla inscrição, o título anterior será automaticamente invalidado, prevalecendo o novo.

Até agora, o TSE não recebeu nenhuma comunicação sobre fraudes ou irregularidades. Mas o Ministro já ouviu de alguns presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) que o número de transferências de título foi muito grande, bem acima do que estava previsto.



Calmon assina

### Festa onde tudo vira souvenir

Primeira das mulheres constituintes a assinar a nova Constituição, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) esqueceu-se de levar uma caneta. Depois de assinar com uma emprestada, virou-se para o funcionário da Mesa e perguntou: "Posso levar a caneta como lembrança?". Não, não podia. Benedita, então, não hesitou: de fininho, levantou-se e foi saindo. E levou a caneta consigo. Depois, confessou: "Foi tão emocionante e fiquei tão nervosa ao assinar a Constituição que prometi que iria levar a caneta como lembrança".

Foi assim, num clima de emoção, festa e fotos com a família para a posteridade e a campanha eleitoral em curso, que os constituintes começaram a assinar os dez originais da Constituição que será promulgada a 5 de outubro. Teve de tudo no Salão Negro do Congresso. Até mesmo um "papagaio de pirata", o décimo suplente de deputado federal pelo PTB de São Paulo, Ruy Codo, que insistiu em ficar o tempo todo ao lado dos constituintes que assinavam a nova Carta. "Se pudesse — comentou — assinaria esse projeto. Afinal, fui mais assíduo no plenário do que muitos constituintes". Na verdade, Codo foi um ativo lobista da indústria química fina.

Para Bernardo Cabral "foi o momento mais importante da minha vida como homem público. Essa caneta vai para o escaninho das recordações dos meus netos". Pelo ritual estabelecido pela Mesa, deveriam assinar ontem a nova Carta os constituintes do Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Espírito Santo, Amazonas, Roraima e Acre. No entanto, a presença da campanha eleitoral derrubou o ritual. Assim, o deputado Pimenta da Veiga (PSDB/MG) assinou apressadamente a Carta e saiu correndo pois tinha que pegar um avião para Belo Horizonte, onde é candidato a prefeito. O senador João Calmon e a deputada Rita Camata, que haviam chegado na hora, precisaram esperar muito para chegar sua vez. Já o marido de Rita, senador Gerson Camata, viajou para Londres e só assina na volta.

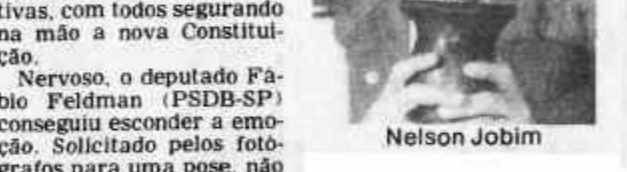
mesma caneta Parker, comprada por Maria Frota Bezerra, mulher do senador Aluisio Bezerra, que será agora entregue ao Museu do Acre. Depois, a bancada posou para fotos coletivas, com todos segurando na mão a nova Constituição.

Nervoso, o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP) conseguiu esconder a emoção. Solicitado pelos fotógrafos para uma pose, não hesitou: virou-se para as máquinas no melhor sorriso rasgado de um político populista.

Já o deputado Alécio Dias (PFL-AC) quis dividir o momento histórico com a mulher, os seis filhos e a mãe, que trouxe de Acre e posou com todos quando assinava o documento.

Os historiadores do futuro também não deverão se surpreender se, em vez dos 559 parlamentares, surgirem quase seiscentos. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu que os parlamentares que não estiverem no exercício do mandato (por exercerem as funções de ministros ou secretários de Estado) e os suplentes que participaram dos trabalhos terão o direito de também assinar a Constituição, na qualidade de "membros participantes".

Assim, o ministro da Saúde, Borges da Silveira, e o secretário do Governo do Estado de São Paulo, Roberto Rollemberg, puderam assinar os originais da Constituição ontem.



Nelson Jobim



Arinos, com Andrada: Carta não faz milagre

### Arinos: Carta não é solução, é problema

Logo após assinar o novo texto, no início da tarde, o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ) alertou para o risco de tratar a Constituição como se ela tivesse o dom de, por si só, mudar a realidade brasileira. "Não compete à Constituição resolver os problemas do Brasil. Esta é tarefa de todo o povo, sobretudo dos seus dirigentes, do Executivo, Legislativo e Judiciário, do empresário, dos trabalhadores, dos estudantes".

Arinos observou que o novo texto reflete a complexidade, a "acumulação de crises", de problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados pelo Brasil. "Não podemos ter a impressão de que ela possa ser por si mesma uma solução. Ela é um problema, na medida em que retrata a atual situação do Brasil".

O senador tucano acredita que a nova Carta levará ainda algum tempo para ser valorizada pelo povo.



Devido ao atraso e à pressão dos constituintes, muita confusão para assinar